

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. IV ENCONTRO DE NUMISMATAS. PANORAMA GEO-HISTÓRICO E NUMISMÁTICO DA ALTA IDADE MÉDIA IBÉRICA OCIDENTAL (SÉCULOS V A XI).

VITAL, Nestor R. Oliveira Fatia

Ano: 1983 | Número: 93

Como citar este documento:

VITAL, Nestor R. Oliveira Fatia, Notícias da Actividade Cultural. IV Encontro de Numismatas. Panorama geo-histórico e numismático da Alta Idade Média Ibérica ocidental (Séculos V a XI). *Revista de Guimarães*, 93 Jan.-Dez. 1983, p. 165-183.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

COMUNICAÇÕES

Panorama Geo-histórico e Numismático da Alta Idade Média Ibérica Ocidental

(Séculos V a XI)

Por NESTOR R. OLIVEIRA FATIA VITAL

I. PROLEGÓMENOS

A cortesia e, principalmente, a amizade que sempre me dispensaram nesta secular Associação, exigem que agradeça, mais uma vez, na pessoa do Senhor Presidente, a distinção de este novo convite para me encontrar entre V. Ex.^{as}.

Não é por acaso, que estes ENCONTROS DE NUMISMATAS se realizam nesta vetusta urbe vimaranense, nem que este IV Encontro inclua, no tema geral da nossa Numismática Medieval, a Alta Idade Média, pois que foi nesta região galaico-duriense que, então, mais história se produziu, não nos devendo esquecer que da vizinha Bracara Augusta irradiou, do seu sólio episcopal, o primeiro centro hispânico do cristianismo e, desta Vimaranes, o tronco condal poderoso germen da nacionalidade portuguesa.

Também não se deve minimizar o facto de estes Encontros se realizarem sob a égide da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, onde todo o seu magnífico património está ligado à História e, consequentemente, à investigação de algumas das suas Ciências auxiliares, nomeadamente, a Arqueologia e a Numismática, de relacionamento tão íntimo como o comprova, e tal seria desnecessário, o próprio Decreto Regulamentar 34/80, de 2 de Agosto, que instituiu o IPPC — Instituto Português do Património Cultural.

Em recente conferência tive oportunidade de me referir a esse importante aspecto. Afirmei na circunstância: «Diria mesmo que o Arqueólogo é um dos braços mais poderosos e indispensáveis na descoberta dos numismas antigos e o Numismata, seu mais próximo e natural aliado, que os identifica fixando-lhe a datação e o meio histórico-económico coevo do

enterramento do «achado» ou «tesouro» numismático. Além dessa investigação, existem os problemas de conservação e do tratamento documental que, como raro exemplo, nos é dado pela equipa que tem colaborado com o Museu Monográfico de Conímbriga, como no caso das «Moedas Romanas de Condeixa», achados dispersos estudados pelos Drs. Isabel Pereira e Miguel Pessoa.

É redundante afirmar que também a Numismática, tal como a Arqueologia, constitui uma Ciência auxiliar da História e, assim, testemunho igualmente verdadeiro da leitura autêntica desta, razão porque é indispensável exigir uma cada vez maior aproximação entre arqueólogos e numismatas, pois ambos completam a investigação dentro de parâmetros e objectivos coincidentes.

Portanto, um domínio de interdisciplinaridade, numa estreita relação entre ambos, em duplo sentido, resultará em mútua vantagem para aquela investigação e em enriquecimento global do património histórico nacional».

E completava o conceito, afirmando: «De facto, o desvendar e interpretar muitos dos estádios da história do Homem exige conjugação ou complementaridade de esforços, desse modo mais completos» (1).

Creio bem que todos os ilustres presentes e os estimados associados desta prestimosa Sociedade abraçam este axioma.

Mas outro conceito é extremamente relevante, convindo que dele se fale nesta magnífica assembleia: o de História e de história numismática ou monetária.

Escreveu um dos nossos maiores mestres do Direito Administrativo: «Quem diz História diz conhecimento dos factos humanos ocorridos no passado. (...) Mas para podermos fazer uma ideia quanto possível exacta da vida social numa determinada época passada, precisamos de ter «mentalidade histórica»». Chamo mentalidade histórica à capacidade para nos desprendermos das circunstâncias, dos preconceitos e do modo de ver dos nossos dias, de cada vez que quisermos estudar uma época passada. (...) A mentalidade histórica exige o sentido da relatividade, isto é, a integração de cada elemento de uma época no conjunto das ideias, dos factos e das instituições dessa época, no que se pode chamar o «espírito da época» (2).

D'aí que, sendo a História da Numismática uma «disciplina histórica», o numismata tenha de pesquisar a evolução da numária de um povo, no conjunto dos factos desse povo ou da região envolvente, pois que essa evolução não se produziu «ad-hoc», antes respondeu às necessidades exigidas pela comunidade e resolvidas pelos governantes.

(1) *Os Arqueólogos e a Numismática*, comunicação apresentada na Assembleia Geral de 26/5/1983, da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

(2) Prof. Marcelo Caetano, *História do Direito Português*, Vol. I, Lisboa/S. Paulo, p. 16.

Mas, para isso, o numismata investigador, dado o caracter específico e técnico do campo em que avança nos seus trabalhos, tem de reunir várias qualidades que andam inerentes a qualquer historiador e que não resisto em fazer uma pequena síntese, tal como o referido Mestre apresenta, com desenvolvimento, na referida obra:

- CURIOSIDADE: apetência de progredir no conhecimento.
- PACIÊNCIA: conceder o tempo exigível à pesquisa.
- TENACIDADE: capacidade de persistência, perante as dificuldades.
- IMAGINAÇÃO: faculdade de reconstituição do passado, face às fontes coevas.
- BOM SENSO: cuidado nas soluções propostas.
- ESPÍRITO CRÍTICO: poder de opção entre o verdadeiro e o falso.
- PROBIDADE: cautela em não afirmar certezas que não passem de presunções.
- HONESTIDADE: não dar citações, como obra sua.
- HUMILDADE: reconhecer as suas limitações.

Estas, normas de ouro que tenho procurado manter sempre presente. Desta vez, porém, numa delas, pelo menos, pequei; o tempo de que dispus, desde o amável convite para colaborar neste IV Encontro, não me permitiu executar trabalho mais paciente e aprofundado, pelo que peço me relevem um certo excesso de citações e referências.

Outro aspecto, ainda relacionado com a investigação, refere-se à insistência com que certos numismatas responsáveis ou historiadores monetários, minimizam, julgo que sem acinte, a própria Numismática, ou estabelecendo confusas distinções entre «coleccionadores» e «numismatas» ou com afirmações, como estas, de que discordo: «A história monetária, por seu lado, ainda não tem carta de alforria como ciência, pois tão depressa surge como um capítulo da história económica ou como uma segunda via de numismática. (...) A história monetária não se pode fazer sem o material de base do numismata, através do estudo exaustivo de cada numisma de per si, sem uma profunda investigação arquivista que a complemente» (3).

Então, se o numofilácio é indispensável, o que impede que o numismata, coleccionador, pratique a investigação, como historiador da Numismática?

(3) Dr.^a Maria José Pimenta Ferro, *História Monetária, um novo campo de pesquisa Numismática*, NVMMVS, n.^{os} 34-35, Porto, 1976.

*

* *

O tema de base, inicialmente escolhido para este IV Encontro, fora designado por Numismática Medieval Portuguesa, partindo do pressuposto correcto, de que a numária nacional tem o seu início com a independência de Portugal. Mas, sendo aquela resultante de continuadas tradições numismáticas de grande parte do território actualmente nacional, o estudo do monetário medieval deve ser precedido de uma introdução relativa aos antecedentes numismáticos. Por isso, propus que se incluísse a ALTA IDADE MÉDIA IBÉRICA OCIDENTAL, o que foi aceite.

Está comumente aceite limitar, no tempo histórico, a Idade Média entre os séculos V e XV, mais precisamente, entre os anos de 394 d. C. e 1453.

Escreveu um grande economista e medievalista⁽⁴⁾: «Em contrapartida, não é deslocado sublinhar que a análise se concentrará num período de tempo delimitado, demarcado sensivelmente pela época que vai desde o início daquilo que se costuma chamar Baixa Idade Média, expressão de certo modo vaga mas que podemos considerar ter começo a partir dos séculos XI-XII, até ao fim da época medieval de acordo com a referência tradicional, isto é, até fins de Quatrocentos».

Assim, por exclusão de partes, concordamos em localizar a ALTA IDADE MÉDIA, entre os séculos V e XI, isto é, precisamente durante tão importante período de sete séculos para as regiões ibéricas ocidentais, que se situa entre o múltiplo e grande movimento de populações migrantes que contribuíram para a desagregação do Império Romano do Ocidente, principalmente com início no século V, e uma maior definição da sociedade portuguesa condal, cujo movimento de conquista de uma autonomia política, diferenciando-se do reino leonês em que estava integrada, tem o florescimento do seu fruto nos finais do século XI.

É portanto desse longo espaço de tempo, que nos ocuparemos, apresentando breve síntese da história numismática do Ocidente e Noroeste da Península Ibérica, no contexto histórico-geográfico das antigas províncias da Galécia e da Lusitânia, deixando aos especialistas o desenvolvimento de tão vasto e valioso acervo monetário.

Quanto ao método de apresentação deste trabalho, preferimos a diferenciação conforme a especificidade dos povos envolvidos, apesar de se ter verificado, nesse longo período, uma hibridéz de múltiplos factos históricos, em que suevos e visigodos andaram envolvidos e, depois, os muçulmanos e cristãos até à Reconquista.

(4) Dr. Armando de Castro, *Portugal na Europa do seu tempo-História Sócio-Económica Medieval Comparada*, 1977, p. 17.

II. REINO SUEVO

No dealbar do século V, d. C., a Península Ibérica encontra-se inteiramente dominada pelos romanos, com a divisão provincial e administrativa fixada no século anterior, ano de 330, pelo Imperador Constantino, Magno:

- a Tarraconense, com metrópole em Tarragona;
- a Cartagenense, com metrópole em Cartagena e depois em Toledo;
- a Bética, com metrópole em Sevilha;
- a Lusitânia, com metrópole em Mérida;
- a Galécia, com capital em Braga a qual, entre 433 e 451, passou a sede de metrópole da província, segundo Florez ⁽⁵⁾. Essas datas são controversas pois há quem defenda a data de 341, ano de um dos dez Concílios ali realizados, entre 252 e 380 ⁽⁶⁾ e, porque não no Concílio de 411, avento eu, dois anos após a invasão dos Suevos, quando estes já se encontravam fixados definitivamente.

Um facto político ocorre, porém, que abalaria essa unidade e com enormes consequências no futuro pois está na origem da desagregação do Império Romano do Ocidente.

A traição de Gerôncio, lugar-tenente de Constantino III nas Gálias, assassinando Constante, filho do Imperador, e apoderando-se da Hispânia, no ano de 409, leva aquele a franquear, por vingança, as passagens dos Pirinéus aos povos germânicos, denominados de bárbaros: Alanos, Vândalos e Suevos, que invadiram a Península Ibérica naquele mesmo ano.

Dos Alanos, já aliados dos Suevos na Alemanha setentrional e que haviam invadido a Gália em 406 e dos Vândalos, asdingos ou silingos, oriundos da foz do Vistula e do Elba e que, pela mesma época, assolaram a Panónia (Hungria) e a Gália, não nos deteremos com detalhes, pois não têm interesse para a nossa história monetária, dado que não amoedaram localmente, só o fazendo os Vândalos no Norte de África.

Os Alanos, com o seu rei Respondial, que morreu em 415, fixaram-se na Lusitânia, por pouco tempo, pois que o sucessor Atax, vencido em 418 pelo rei Visigodo Valia, retirou com o seu povo para a Bética, juntando-se aos Vândalos silingos.

Os Vândalos, capitaneados pelo seu rei Gonderico (406-427) ⁽⁷⁾, ocuparam parte do Sudeste da Galécia e principalmente a Bética que ficou

⁽⁵⁾ Frey Henrique Florez, *Espana Sagrada*, Tomo XV.

⁽⁶⁾ Mons. José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, Tomo I, p. 37.

⁽⁷⁾ Aloiss Heiss, *Descripcion General de las Monedas de los Reys de Espana*, Paris, 1872, p. 4.

então conhecida por Vandalícia ou Vandaluzia ⁽⁸⁾, depois Al Andaluz, com os árabes e hoje Andaluzia.

Acossados pelas primeiras investidas visigodas e também pelas tropas imperiais, Alanos e Vândalos passam a África em 429, comandados pelo rei vândalo Geiserico ou Genserico (427-477), indo auxiliar ali o conde Bonifácio que se rebelara contra Roma.

O terceiro povo invasor, os Suevos, germânicos localizados desde o século III d. C. na Suábia ou Suévia, tem grande importância para nós pois que, ficando-se no Norte e Sudoeste da Galécia, com o seu rei Hermerico (409-438), fundaram o Reino Suevo, com capital em Braga e o fulcro em Cale ou Portucale, onde os reis suevos viviam com mais frequência, e quer inicialmente, quer em fases posteriores de expansão, esses territórios, dominados durante 176 anos (409-585), são coincidentes em parte com o actual território nacional.

De facto, logo que os Alanos e os Vândalos se retiraram, os Suevos apoderam-se dos seus domínios na Lusitânia, entre Douro e Tejo e, esporadicamente, na Bética. Assim, chegam a dominar localidades bem ao Sul, invadindo Conimbriga (410-411), tomando a Egitânia (410-420), conquistando o burgo do Tejo (Olissipona), depois Mértola e Beja, ocupada por breve tempo por Requiário ⁽⁹⁾, tendo chegado a Mérida e Sevilha. Duvida-se que alguma vez tivessem chegado ao Algarve, como já foi aventado ⁽¹⁰⁾.

Em mais do que uma ocasião, sempre que as tendências expansionistas se concretizavam, sob os reinados de Hermerico, Requila ou Requiário, os romanos recorrem aos seus federados Visigodos («foedus» ou tratado de aliança firmado em 415 na Gália), desde a primeira entrada na Península, em 417, como soldados do Império — «romani nominis causa» — mas autênticos mercenários, até ao novo apêlo de auxílio dos romanos, em 456, vindo Visigodos, chefiados por Teodorico II, a levarem os Suevos de vencida aos confins da Galécia, entrando em Braga e em Portucale, as duas principais cidades suevas, na última das quais o rei Requiário caiu prisioneiro.

Independentemente do objectivo inabalável do rei Visigodo Leovigildo de obter a unidade peninsular, consideramos que tenha sido Miro que acelerou a queda do Reino Suevo, ao tomar partido da causa do filho rebelde daquele, Hermenegildo, sediado em Sevilha. De facto, Leovigildo após tomar Sevilha, em 584, dominando a tentativa de sucessão, dirige

⁽⁸⁾ Pedro Batalha Reis, *Cartilha Numismática Portuguesa*, Lisboa, 1952, Tomo I, p. 443.

⁽⁹⁾ Abel Viana, *Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo*, in *Bracara Augusta*, Vols. IX-X, Braga, 1958-1959.

⁽¹⁰⁾ Francisco José Veloso, *A Lusitânia Suevo-Bizantina*, in *Bracara Augusta*, Vol. II, n.º 2, Braga, 1950, p. 147 e segs.

Fernando Castelo-Branco, *O Reino dos Suevos e a Independência de Portugal*, in *Bracara Augusta*, Vols. IX-X, Braga, 1958-1959, pp. 101-102.

os seus exércitos, no ano seguinte, para a Galécia que devasta e domina definitivamente.

Quanto ao aspecto que nos interessa sobremaneira, o da amoedação sueva, ela implica três questões, ainda não totalmente esclarecidas, a saber:

- relações e, em certas épocas, dependência dos Suevos para com Romanos e Visigodos;
- razão de ser da proliferação de amoedação aurífera galaico-duriense;
- quem eram os moedeiros e quais as oficinas monetárias locais ou oficiais.

Muito se tem escrito, nem sempre concordante, acerca dos vários acordos e boa convivência que os Suevos aceitaram, desde início, em que os romanos exigem um maior respeito pelas tradições e direitos das «cidades» hispano-romanas dominadas, como exemplo, os acordos de 438, 453, etc.

Já, naquela data, teria havido um pacto entre Hermerico e o Imperador Honório, pois que aquele aparece como Dux, reconhecido como rei dos Suevos. Stein ⁽¹¹⁾ defende a existência desse pacto, baseando-se ligeiramente em Orósio (VII, 43, 14), conquanto Reinhart ⁽¹²⁾ recuse admitir.

Tudo leva a presumir que se tratavam de «amicitia», completamente diferente do «foedus», pois repetidamente o cronista Idácio se refere aos «conventus» Bracarensis, Lucensis e Asturicensis, assim como à existência de um «rehtor» romano em Lugo ⁽¹³⁾. Seria para respeitar essa «amicitia» que os suevos começaram por imitar a moeda romana de Honório, os soldos imperiais com a sua effigie? É provável.

Quanto à segunda questão, é pelo menos lógico que tendo os Suevos dominado a região galaico-duriense, onde se localizavam algumas das principais minas de ouro peninsulares, fonte da matéria prima para a anterior amoedação de ouro romano, aí se tivesse fabricado a maior quantidade de moeda sueva.

Para exemplo, citemos que das minas de ouro de Padrela, sitas em Três Minas e Campo de Jales, os romanos extraíam, antes das invasões germânicas, a braços de mais de 2.000 trabalhadores diários, uma riqueza calculada em 77 quilogramas de minérios auríferos por dia ⁽¹⁴⁾. É aceitável que funcionassem posteriormente, conquanto haja quem se interrogue sobre isso ⁽¹⁵⁾, tal foi a amoedação que os Suevos fizeram de soldos

(11) Stein, *Geschichte des Spätromischen Reiches*, Viena, 1926.

(12) Wm. Reinhart, *Historia General del Reino Hispánico de los Suevos*, Madrid, 1952, pp. 35-36.

(13) António M. de Guadan y Láscaris Comneno, *Las Copias Suevas de los Solidos de Honorio*, NVMMVS, n.º 17, Porto, Setembro 1958, p. 17.

(14) D. Fernando de Almeida, *Minas de Ouro na Gallaecia Portuguesa*, Legio VII Gemina, Leon, 1970, p. 296.

(15) P.º João Parente, *Dois Tremisses Inéditos de Vila Pouca de Aguiar*, NVMMVS, 2.ª Série, Vol. II, Porto, 1979, p. 96.

e, depois, de trientes, em Braga e, supõe-se, em dezenas de outras localidades, precisamente nessa região da Galécia.

Quanto à última questão que colocamos, comungo na opinião de que, no período suevo, a cunhagem não teria sido privilégio do rei, ou pelo menos sob seu total controlo, podendo-o fazer particulares, tal como sucedera na Gália (16). Assim, para além de oficinas monetárias oficiais, identificadas: Bracara (Braga), Portucale (Porto), Tude (Tuy), Leione (Leon), entre outras, é muito provável a existência de cunhagem em pequenas povoações cujas moedas, por terem emissão reduzida ou por terem sido depois derretidas, desapareceram, exactamente por se tratar de emissões fugazes.

De facto, era admitido pelo fisco a tributação tanto em produtos como em moedas de ouro.

Os moedeiros não eram, segundo Luschin (17), empregados governamentais, mas agentes tributários que convertiam, «in situ», o ouro em moedas. Segundo Prou, seriam moedeiros ambulantes que teriam aprendido o ofício em oficinas oficiais e que depois as teriam abandonado.

E, a propósito, importa fazer um pequeno parentesis. Após regressado o Reino Suevo, às suas origens iniciais, os limites das suas 13 dioceses, a que se costumou chamar «Parochial Suevo», «Divisão de Teodomiro» ou «Concílio de Lugo de 569», correspondiam, em geral, a étnias.

Efectivamente, os «pagi» da Galécia eram cantões no sentido étnico, sem nenhuma ideia de organização administrativa (18), a não ser a custódia religiosa, e é importante destacar que, da lista de 30 igrejas e «pagi» daquele «Parochial», pertencentes à diocese de Braga, entre outros, Panoias, «pagus» de Ledra, de Brigancia, de Vallariza, de Palantucio, de Celso, etc., há quem afirme que em todas as sedes de «pagi» se cunhou moeda (19).

As moedas legendadas unicamente com uma assimilação das palavras Latina Munita, com o local de fabrico, ou variantes, será prova de que teria havido amodação não oficial, ou em pequenas povoações exclusivamente para satisfazer as suas necessidades?

O numerário romano mais corrente na Península sempre foram os denários de prata e os pequenos, médios e grandes bronzes, que à época da dominação sueva no Noroeste, abundavam em quantidades elevadas. É, assim, natural que os Suevos tenham logo iniciado a cunhagem de moeda de ouro, muito provavelmente em Bracara (Braga) e talvez, também, em Brigancia (Bragança), cópia dos soldos do Imperador Honório e precisamente do tipo fabricado na oficina monetária gálica de Medio-

(16) Henri Pirenne, *Mabomet et Charlemagne*.

(17) Luschin v. Ebengreuth, *Allgemeine Münzkunde und Geldgeschichte des Mittelalters und der Neueren Zeit*, Viena, 1926.

(18) Pierre David, *Études Historiques sur la «Galice et le Portugal»*, p. 16.

(19) Joaquim Maria Neto, *O Leste do Território Bracarense*, 1975, p. 33.

lanum⁽²⁰⁾, facilmente reconhecíveis pelas letras monetárias M e D ladeando a figura do reverso. Assim continuaram até ao reinado de Frumário (460-464), pelo menos, deste modo até muitos anos após a morte de Honório (17.1.423).



MOEDAS DE OURO DO REINO SUEVO

Inicialmente imitação fiel, de diâmetro e peso idênticos ao do «solidus aureo» (1/72 da libra romana = 4,546 g, em média), depois progressivamente barbarizando o tipo do cunho e baixando o peso para 3,70 e 3,65 g, os chamados soldos do «tipo suevo» ou «sólido gallecano»⁽²¹⁾.

Quando os Visigodos adoptaram o padrão metroológico dos trientes imperiais romanos (1/3 do «solidus aureo») ou dos tremisses bizantinos (1/3 de soldo), os Suevos passaram a amoeidar esta denominação, a moeda que cunharam em maior quantidade⁽²²⁾.

Inicialmente cópia dos trientes de Honório (1,5 g), chamados do «tipo romano», com a característica cruz no reverso, dentro de uma coroa de louros; depois com a introdução do «tipo nacional ou suevo», tomando por modelo os trientes de Valentiniano III, em que as legendas vão degradando de tal forma que chegam ao máximo de deformação apresentando simplesmente traços verticais, como se fossem Is maiúsculos, portanto com as legendas já ilegíveis, sintoma de nova fase de forte espírito ariano, tendência autonómica perante Roma, contrariada pelo auxílio Visigodo aos imperiais. De facto, na última fase, os trientes suevos imitam as moedas visigodas, chamados do «tipo visigodo», que apresentam no anverso um tosco busto imperial diademado, romano ou bizantino, com a legenda VICTORIA AVG (AVGG, AVGVSTORVM, etc.); no reverso, Vitoria que é motivo central deste tipo, último amoeidado pelos Suevos. Tal como sucedera com os soldos, também os trientes foram-se degradando no peso, baixando progressivamente para 1,25 a 1,15 ou mesmo 1 g, peso mantido nos tipos «nacionais» e «visigodos».

(20) A oficina monetária de MEDIOLANUM (Milão), foi a melhor conhecida dos povos bárbaros e, assim, considerada como a moeda de ouro tipo, copiada pelas provinciais.

(21) Wilhelm Reinhart, *Os Soldos «Gallecanos» Moedas Portuguesas*, in Arquivo Histórico de Portugal, Sep. do vol. V, Lisboa, 1946.

(22) Pedro Batalha Reis, *ob. cit.*, Vol. I, p. 445.

Uma afirmação controversa, que é costume ler-se, é a de que os Suevos só bateram moeda de ouro. Ora, o rei Requiário (448-456) cunhou moeda de prata em seu nome, que apresenta o anverso no estilo das silvas de Honório⁽²³⁾. Trata-se, por certo, de moeda comemorativa pois o imperador já falecera há mais de 25 anos⁽²⁴⁾.

Como justifiquei inicialmente, alonguei-me um pouco mais quanto ao Reino Suevo pois que esse povo tem enorme importância para as origens da nossa nacionalidade e a sua numária tem sido objecto de valiosos estudos, sendo de registar que foram dois portugueses — Eduardo Augusto Allen de colaboração com H. Nunes Teixeira — quem, pela primeira vez, revelou a existência das moedas suevo-lusitanas, num artigo notável⁽²⁵⁾.

III. VISIGODOS

As fontes históricas coevas são escassas e normalmente não descendo a pormenores, havendo períodos em que os dados são inexistentes como, por exemplo, durante perto de um século, desde a interrupção da crónica de Idácio, bispo de Chaves e inconcluída em 469, um ano antes da sua morte (?), até ao início da História de los Suevos (550), escrita por Isidoro, de Sevilha. Apesar disso, modernamente, como resultado também da investigação directa do numofilacio visigodo, existem valiosos estudos de Aloiss Heiss, Felipe Mateu y Llopis, George C. Miles, Wilhelm Reinhart, Pio Beltran, Franz Gorres, Ten. Coronel António Elias Garcia, que consideramos um dos que escreveu mais em Portugal, sobre moeda visigoda e tantos outros autores, muitos dos quais, entretanto, aqui citados.

Quanto a índices bibliográficos, destaco as seguintes três obras:

- «Bibliografía de la Historia Monetaria de España», Madrid, Fábrica Nacional de Moneda Y Timbre, 1958;
- Karl Zeumer, «Historia de la Legislación Visigoda», tradução de Carlos Claveria, Barcelona, 1944;
- Robert Grosse, «Las fuentes de la época visigoda y bizantinas», in *Fontes Hispaniae Antiquae*, Fasc. IX, Universidade de Barcelona, 1947.

Como se disse, ao tratarmos dos Suevos, às tendências expansionistas destes últimos após a sua chegada ao Noroeste da Península, opôs

(23) Conhecem-se 3 exemplares: uma do Museu de Paris, outra da Coleção Stefan, de Graz e uma terceira descoberta ao pé do Castro de Lanhoso por Carlos Teixeira. Legenda do reverso: IVSSV RECHIARI REGES, com as letras B e R, marca da oficina de Braga.

(24) O. Ulrich Bansa, *Moneta Mediolanensis*, Veneza, 1949.

(25) *Monnaies d'or Suevo-Lusitaniennes*, artigo publicado na REVUE NUMISMATIQUE, Vol. V, 1865, de que foi feita separata de 15 pp.

o imperador Honório os seus federados visigodos, sediados no reino de Tolosa, os quais fizeram, a pedido daquele, várias incursões ibéricas. Desde logo, a primeira, chefiada por Ataúlfo, dá-se em 415.

A partir da invasão de 456, dirigida por Teodorico II, é atacada a Galécia sueva, tomadas as cidades de Braga e Portucale, onde Requiário é preso, como já referido, passando os visigodos a manter tropas na Península, nomeadamente na Lusitânia. De facto, os primeiros monumentos epigráficos visigodos encontrados em território português, inscrições sepulcrais gravadas no verso de lápidas romanas do cemitério de Mértola, datam de 465 (26).

Em 467, Eurico, que se declara independente do imperador romano, entra na Lusitânia pelo Alentejo, dirige-se para o Norte fazendo a guerra aos suevos e reforçando as guarnições militares naquela província central.

Entretanto, para além Pirinéus, em 476, dá-se a queda de Roma e, em 507, os visigodos acoados pelos francos de Clóvis, vêem o seu reino de Tolosa destruído e são obrigados a refugiarem-se definitivamente na Hispânia, fazendo sucessivamente capital em Barcelona, depois Sevilha, Mérida e finalmente Toledo. Diz-se que, em 475, Roma lhes teriam cedido os territórios que ocupavam na Península (27).

O progressivo alargamento do domínio visigodo, arrasta-se de 467 a 538, mas no Norte mantinham-se cidades de origem romana, independentes, pequenos principados e republicas que, protegidas pelo maciço montanhoso das vascongadas, impunham o direito de se governar. É provável que esse «statuo quo», tolerado pelos visigodos, abrangesse à época, parte da região do antigo reino suevo, na Galécia.

Em 554, as intrigas da sucessão à coroa electiva dos visigodos e as lutas entre os partidários de Agila e de Atanagildo, de que este saiu vencedor, com o auxílio do imperador Justiniano, provocaram a vinda de tropas bizantinas, aguentando-se os imperiais na Península até 620, data em que foram expulsos do actual Algarve (28).

Por morte de Atanagildo, Liuva, então governador da Narbonense, é eleito rei dos visigodos, confiando a seu irmão Leovigildo (573-586) o governo da Hispânia.

Desempenhou-o, desde logo, com os seguintes objectivos prioritários:

- expulsar da Península os imperiais bizantinos e eliminar os focos romanizados nas zonas cantábricas e asturianas;

(26) Prof. Marcelo Caetano, *ob. cit.*, p. 89.

(27) José Rodrigues Marinho, *Enciclopédia Verbo*, «Numismática», 4) *Dos Visigodos*, p. 678.

(28) Paul Goubert, *Le Portugal Byzantin*, in *Bul. des Études Portugaises*, Lisboa, 1950, Tomo XIV.

Francisco Fernandes Lopes, *Do Algarve Bizantino*, Sep. de «Bracara Augusta», Braga, 1960.

- dominar o já tão reduzido reino dos suevos;
- descentralizar a administração de tão vastos territórios nos seus dois filhos Hermenegildo e Recaredo.

Metas para uma unificação peninsular que quase deixou resolvida, e digo quase, pois seria Suintila que expulsaria os bizantinos definitivamente da Península.

Entretanto no Noroeste, o reino suevo, de tão fortes raízes e tradições católicas, continuava sendo um baluarte do cristianismo, como o prova o Concílio Bracarense II, realizado em 572 e ao qual assistiram os prelados de Braga, Visensis Ecclesia (Viseu), Egitaniae (Idanha-a-Velha), Conimbricensis Ecclesia (Coimbra), Lamecensis Ecclesia (Lamego), pertencentes à antiga província romana da Lusitânia.

A luta religiosa entre católicos e arianos de que Leovigildo era símbolo máximo, provoca nova investida deste rei visigodo contra o povo suevo. Toma Évora (Évora) em 581 e subjuga definitivamente o reino suevo em 585.

Seu filho Recaredo (IV.586 — XII.601), inaugura o reinado com uma amnistia tolerante aos bispos exilados e reúne o 3.º Concílio de Toledo, em 589, aí dando o exemplo da conversão dos visigodos ao cristianismo. Desde então não deixou o clero de intervir directamente no governo civil da nação⁽²⁹⁾.

Por último, de referir que na célebre Divisão administrativa de Vamba (672-680), que estabeleceu as metrópoles eclesiásticas da Hispânia, estavam incluídas, nas duas que com o nosso território se relacionam, as seguintes localidades:

- dependendo de Braga: Eminio ou Iminio (Coimbra), Egítania ou Idigitania (Idanha-a-Velha), Viseu, Lamego, Dume e Portucale. Nessa altura surge já a designação de «Bispado de Portugal», que abrangia as terras ao Norte do Douro e até ao rio Ave⁽³⁰⁾;
- dependendo da metrópole de Mérida: Olisibona (Lisboa), Elbora (Évora), Pace (Beja) e Éxonoba (Estói-Faro).

No reinado de Vamba, embarcações árabes começam a rondar as costas hispânicas. Numa dessas aproximações, uma frota de cerca de duzentos navios é destruída⁽³¹⁾.

⁽²⁹⁾ Mons. J. Augusto Ferreira, *Os Arcebispos de Braga na Fundação da Patria*, Lisboa, 1933, p. 13.

⁽³⁰⁾ Avelino de Jesus da Costa, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, T. I, p. 15, doc. 9, Braga, 1965.

⁽³¹⁾ Filipe Mateu y Llopis, *Aeminio — Iminio, Ceca Visigoda Conimbricensis*, NVMMVS, 2.ª Série, Vol. 1, Porto, 1978, p. 128.

Quanto à numária visigoda é comumente aceite que não inclui áureos mas somente o seu terço, o triente; que é Leovigildo, o primeiro rei visigodo a afectar essa amoedação na Península, pois desde Ataulfo até Atanagildo não se conhecem moedas fabricadas em tempo dos quinze reinados visigodos.

É bastante complexo, e tem sido estudado em pormenor, o monetário visigodo ibérico. Porém, só daremos alguns traços do que se relaciona com o actual território nacional.

Assim, não nos deteremos na seriação da tipologia, desde Leovigildo até final da monarquia visigoda, o que tem sido feito por bons mestres.

É nossa convicção que provavelmente a primeira amoedação daquele unificador político, em terra portuguesa, se tenha processado em Évora, aquando da sua conquista, como referido, com a legenda no reverso de «ELVORA IVUSTUS» ou «ELVORA IVSTOS», correspondendo assim ao quinto grupo tipológico na sistematização de J. Rodrigues Marinho. De facto Évora viria a ser oficina monetária das mais importantes ⁽³²⁾.

Na progressão do unificador, é batido o triente de SAFIELIS ou ELISSAFI, ELISSAbona Felicitas Iulia («Felicitas Iulia», dos velhos tempos de Júlio César), que é cunhagem atribuída anterior a 581 ⁽³³⁾, aquando da ocupação por LIVVIGILDVS R(ex), conforme a respectiva legenda do anverso.

Leovigildo amoedaria, ainda, em Portucale (PORTOCALE VICTI) e em Braga (BRACARA VICTOR), citado por Flórez, p. 185 e que Heiss considera duvidoso. Porém, como já referido, a Vitória sobre o coração do antigo Reino Suevo, Braga, bem justifica a provável amoedação local de Leovigildo.

Assim, lega aos seus sucessores, uma moeda nacional, permissiva de ostentar os nomes dos reis visigodos, derrubando desse modo o «jus cunni» que, desde sempre, pertencera ao imperador romano.

O triente, a primeira cunhagem medieval do Ocidente, é assim, autêntico símbolo de soberania e de independência.

Ainda não estão definitivamente listadas, e quando o estará, as oficinas monetárias visigodas na Península, tendo vindo, progressivamente a aumentar o seu número conhecido. Em 1956, com Batalha Reis, já estavam identificadas 80, além de que, algumas das localidades, ainda não estão exactamente localizadas ⁽³⁴⁾.

⁽³²⁾ Filipe Mateu y Llopis, *Elvora Ceca Visigoda*, NVMMVS, n.º 33, Porto, 1974.

⁽³³⁾ Pedro Batalha Reis, *Elissabona Felicitas Iulia, Nova Oficina Monetária dos Visigodos*, NVMMVS, n.º 19, Porto, 1959, pp. 131-141.

⁽³⁴⁾ Filipe Mateu y Llopis, *Los Nombres de Lugar en el Numerario Suevo y Visigodo de Gallaecie y Lusitania (Notas para su Estudio)*, A. S. T., Vol. XV (1942).

A partir de Recaredo, quer na Galícia, quer na Lusitânia, e só para referir oficinas localizadas e identificadas em território português, podemos classificar as seguintes:

— GALÍCIA:

- Aliobrio (Lobrigos?), diocese de Portocale, um dos «pagi»: Suintila.
- Bergancia (Bragança): Recaredo e Viterico.
- Bracara (Braga): Viterico, Tulga⁽³⁵⁾, Chindasvinto, Recesvinto, Egica e Vitiza.
- Cepis que, segundo a Divisão Eclesiástica do rei Vamba, pertencia à diocese de Portocale⁽³⁶⁾: Leovigildo, talvez das suas primeiras cunhagens após a sua chegada ao Reino Suevo (584/585) e Recaredo.
- Coleia, diocese de Viseu (?): Recaredo e Suintila.
- Flavias (Chaves): Recaredo⁽³⁷⁾.
- Laetera (Ledra?, Mirandela?), diocese de Braga (pagus): Viterico e Tulga.
- Mandolas (proximidade de Portocale): Liuva II.
- Palantucio ou Palentucio, Pallantia dos romanos (Maia): Viterico.
- Portocale: Recaredo, Liuva II e Sisebuto.
- Toriviana, Torebia (diocese de Portocale?): Chindasvinto.

— LUSITÂNIA:

- Egitania (Idanha-a-Velha)⁽³⁸⁾: Recaredo, Sisebuto, Suintila, Sisenando, Tulga, Recesvinto e Rodrigo.
- Elvora (Évora): Recaredo, Liuva II, Viterico, Sisebuto e Vitiza.
- Eminio ou Iminio (Coimbra), a AEminium do itinerario de Antonino: Recaredo, Liuva II, Sisebuto, Suintila e Chintila.
- Lameco (Lamego): Sisebuto.
- Veseo ou Viseo (Viseu): Sisebuto.

(35) Paulo Ferreira de Lemos, *Moedas Visigodas — Oficinas Monetárias — Moeda de Tulgan Cumbada em Braga*, NVMMVS, n.º 32, Porto, 1973.

(36) Segundo Eduardo Augusto Allen, que foi director da Biblioteca Pública do Porto, declinando Cepis, cepedis, defende que esta oficina estaria situada onde hoje é Cepeda de Paredes (Castelões de Cepeda), perto do rio Sousa.

(37) A. Elías García, *Um Triente de Recaredo Batido em Chaves*, in «Revista de Guimarães», Vol. LIV, n.º 1-2, 1944.

(38) Fernando de Almeida, *Egitânia, Historia e Arqueologia*, Lisboa, 1956.

BRACARA



CHINDASVINTO



PORTOCALÉ
SISEBUTO



FLAVIAS (CHAVES)
RECAREDO



IMINIO
LIUVA II

EGITÂNIA
SISEBUTO

IV. DOMÍNIO MUÇULMANO

Em nova crise política, os partidários dos filhos de Vitiza, que conspiravam para destronar Rodrigo e assegurar a sucessão electiva, fizeram apelo aos sarracenos do Norte de África. Tariq, lugar-tenente de Muça-Ibne-Moçar então governador africano nomeado pelo califa de Damasco, Al-Valid, desembarcou na Península, em Julho de 710, à frente de meio milhar de berberes marroquinos e mauritâneos. Entusiasmados com esse sucesso, Muça envia, nos finais de Abril de 711, nova e maior expedição que desembarca perto de Algeciras. Teodomiro, governador da Andalucia, fez-lhe frente, mas no verão do mesmo ano as forças do rei Rodrigo são derrotadas na batalha de Guadalete ⁽³⁹⁾.

Curioso destacar o paralelismo das situações históricas. Os romanos e os visigodos, ambos perderam o domínio da Península em resultado de um apelo a outro povo. Os visigodos aniquilaram os suevos mas a Hispânia estava perdida para Roma, pois não quizeram reconhecer a autoridade desta e fundaram um reino independente, conservando para si as províncias que se haviam comprometido reconquistar por conta do Império romano.

Com o apelo ao exército mouro, abre-se novo período da história peninsular, terminando o domínio visigodo.

A penetração árabe foi fulminante ⁽⁴⁰⁾. Ocupam de imediato Toledo, capital do reino visigodo, logo na primeira incursão. Com Muça, ocupam sucessivamente o resto do Sul da Espanha; Beja e Ossónoba caem em 713 sob o poder de seu filho Aziz, logo seguido da ocupação de Évora, Coimbra, Santarém, etc. Em 715 a conquista da Península estava terminada, com excepção da faixa asturiana, onde alguns capitães visigodos buscaram asilo, comandados por Pelaio ou Pelágio que no ano de 718 bateu um exército mouro em Cangas de Onís ⁽⁴¹⁾,

Os muçulmanos chamaram «dinar» (antigo «denarius aureus») à sua moeda de ouro, «dirham» (derivado do «drakma» grego) à sua moeda de prata e «fals», plural «fulus» (derivada do «follis» bizantino), à de cobre.

Não vamos, aqui, entrar em pormenores quantos aos diversos períodos da história monetária árabe peninsular, mas permitimo-nos chamar a atenção para uma notável e recente sistematização, aprofundada, dessa matéria, da autoria do arabista numismático José Rodrigues Marinho ⁽⁴²⁾.

⁽³⁹⁾ Levy-Provençal, *Histoire de l'Europe Muçulmane*, Vol. I, Paris, 1950, pp. 25-30.

⁽⁴⁰⁾ Obra fundamental sobre o domínio muçulmano na Península é a do holandês R. Dozy, publicada em 1861 e traduzida em espanhol por Frederico de Castro, com nova edição em Buenos Aires, 1946, 2 Vols., *Historia de los Musulmanos de España*.

⁽⁴¹⁾ Prof. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. I, p. 57.

⁽⁴²⁾ *Ob. cit.*, 5, Muçulmana, pp. 681 a 692.

De facto, até meados do século XII, não se tem conhecimento de amocdação árabe no actual território nacional, pois só nessa época, o moçárabe Ibn Qasi, lider de um movimento de revolta, emite moeda em Mértola e em Beja (1144/1145), com o topónimo de BAJA e, depois, Ibn Wazir cunha quirates com o topónimo XILB (Silves), o que ultrapassa os limites da Alta Idade Média.

V. PERÍODO CONDAL E RECONQUISTA CRISTÃ

Como já referimos o nobre godo Pelágio, chefe da resistência leonesa-asturiana ao invasor muçulmano é eleito rei, em 718, governando até 737, sucedendo-lhe seu filho Favila que reinou dois anos. Cria-se, assim, um reino, a Norte do território portugalense. Afonso I, o Católico (739-757), aproveita a circunstância de as guarnições berberes do noroeste peninsular se terem revoltado contra os árabes (secundando a rebelião no Norte de África) e haverem abandonado as vilas galaico-durienses, regressando ao Sul, ⁽⁴³⁾ inicia o grande movimento da Reconquista, libertando a Galiza (Lugo) e atingindo o Douro e, depois, levando as suas incursões até ao Mondego e a Leão de que faz «cidade real e cabeça do reino». Porém, viria a limitar-se a tomar conta da Galiza (por tradição com limite Sul, no Douro), com excepção dos valiatos árabes de Alfandica e Alfereda, territórios de Foz-Tua ao Douro, de Lagoaça, onde os mouros permaneceram cerca de 160 anos, até 877, aproximadamente, e de Leão, deixando ao Sul uma extensa zona tampão deserta — o tão discutido problema do «ermamento» — incluindo Viseu, Guarda e Castelo Branco, isto é, até aos limites do domínio efectivo muçulmano cuja fronteira Norte corria de Coimbra a Cória, zona intermédia que seria repovoada mais tarde com mosárabes ⁽⁴⁴⁾.

No entanto, e seguindo a tradição da monarquia visigoda, que aliás conservou a mesma hierarquia administrativa que os romanos tinham deixado, os governadores dos territórios ou regiões circundantes de uma vila eram ou Duces, mesmo Dux Magnus e, em escalão inferior, os «Comes Civitatis» ou «Comites Civitatum», ambos com «mandação» ou «comisso» do rei, principalmente, também, as terras ermas ou tomadas aos Muçulmanos por conquista eram consideradas sem dono — «res nullius» — e portanto susceptíveis de ocupação ou «presúria» ⁽⁴⁵⁾. Por isso, os direitos do rei, dito regalengos, «jura regalia», serem transmitidos, muito parcialmente, o direito de cunhar moeda estava excluído, por exemplo, a nobres individualidades em que descentralizavam a governação e jurisdição.

⁽⁴³⁾ Prof. Torquato Soares, in *Biblos*, XVIII. T. I, p. 189 e segs.

⁽⁴⁴⁾ Prof. Avelino J. da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Vol. I, pp. 8 e segs.

⁽⁴⁵⁾ Prof. Marcelo Caetano, *ob. cit.*, p. 121.

Não nos refiriremos à evolução histórica da monarquia asturo-leonesa e depois, também, de Castela, nem mesmo ao período extremamente interessante dos condes presores, que muitos foram, desde Vimara Peres, de Portucale; Lucido Vimarâniz, da região de Guimarães (entre o Ave e Vizela); Pedro Vimarâniz, presor da região de Braga (no médio Cávado); Ermenegildo Guterres e seu filho Árias, «comes» presor de Conímbrã; Paio Teodózio, «comite» de Vila do Conde; Oduário, conde de Chaves; Ramiro, que antes de elevado ao trono de Leão, governou o território ao Sul do Minho, com sede em Viseu, junto de Lafões ⁽⁴⁶⁾, a tantos outros, além de condessas ilustres e poderosas como Oneca Lucidiz e sua filha Mumadona Dias, a quem o rei Ramiro doou a vila «Gumilanes», além de Tutadomna que esteve num concílio em Vimaranes em 1022 ⁽⁴⁷⁾.

Entretanto, em 922, Almançor arrasa a província de Entre Douro e Minho e, seguidamente, investe contra S. Tiago de Compostela que devasta e saqueia. Em 1025, Afonso V, rei de Leão (999-1027), estava de novo de posse de Braga. Em 1055, Fernando, Magno, atravessou o Douro pelo lado de Zamora, tomando o castelo de Seia e na primavera seguinte apodera-se de Viseu, Lamego, Tarouca e Penalva. Em 1046 retoma Coimbra definitivamente ⁽⁴⁸⁾. Também Braga, nos meados do século XI, estava definitivamente reconquistada, porém ainda não restaurada ⁽⁴⁹⁾.

Afonso VI, de Leão, que a partir de 1076 passa a ser, por herança, também rei de Castela, intitula-se «Imperator Hispaniae», «Imperator Hispaniarum» e a partir da conquista de Toledo (1085), «Imperator Tole-tanus» ⁽⁵⁰⁾.

Os condados a Sul do Lima e as condições políticas e religiosas dos séculos X e XI geraram a formação de Portugal ⁽⁵¹⁾. Essa política conduzida pelos reis leoneses aglutinaram interesses comuns na faixa que desce até ao Tejo.

Enquanto os reis de Leão mantinham a guerra anti-muçulmana no corredor que se estende das Astúrias a Toledo, os nobres e cavaleiros (antiga tradição sueva a que o culto do Apóstolo Sant'Iago deu maior fulgor espiritual ⁽⁵²⁾) da região portugalense buscavam consolidar a varanda costeira, defendendo assim a periferia do Reino de Afonso VI, contra os infieis.

⁽⁴⁶⁾ «Revista de Guimarães», Vol. XCI, p. 34, Nota 38.

⁽⁴⁷⁾ A. de Almeida Fernandes, *Do Porto veio Portugal*, in «O Tripeiro», Ano IV, n.º 4, Abril, 1964, p. 122.

⁽⁴⁸⁾ J. Maria Neto, *ob. cit.*, p. 89.

⁽⁴⁹⁾ Mons. José Augusto Ferreira, *ob. cit.*, T. I, pp. 154 a 187.

⁽⁵⁰⁾ Academia Portuguesa da História, *Documentos Medievais Portugueses*, Vol. I, Tomo I, «Documentos Régios».

⁽⁵¹⁾ Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, Vol. I, p. 13.

⁽⁵²⁾ Prof. Marcelo Caetano, *Caminhos de Santiago. Caminhos de Portugal e Espanha*, Lisboa, 1970.

Seria Sancho III, o Maior, (1000-1035), de Navarra, o primeiro rei cristão peninsular a emitir moeda de bolhão muito parecida, em metal e peso, aos denários Carlovíngios⁽⁵³⁾, não considerando a rara amoedação franca do século IX no condado catalão⁽⁵⁴⁾.

Afonso VI, que em 1095 casa a sua filha D. Teresa com o filho do fidalgo francês Conde de Borgonha, D. Henrique, a quem dá com carácter hereditário o governo do Condado Portucalense, assim desmembrado das terras galegas, emite dinheiros de bolhão lavrados em Leão de Toledo, proibindo às rainhas-condessas de Portugal e Galiza, e a seus maridos, que cunhassem moeda⁽⁵⁵⁾.

É assim natural, que ao chegarmos aos finais da Alta Idade Média, circulasse nos territórios portucalenses, sentinela avançada da cristandade, uma mescla de monetário desde as moedas leonesas e depois de Castela e Aragão, à mistura com as de Navarra, do ex-ocupante muçulmano, cuja predominância é comprovada pelo próprio testamento, mais tarde, de Afonso Henriques e, até, estrangeira, certamente francesa. A velha moeda romana, os tremisses suevos e os trientes visigodos, esses já estariam, à época, entesourados.

Quanto difícil e curioso seria o complexo sistema de equivalência, nas trocas, perante numerário tão díspar.

Só no século seguinte, cerca de 1140, o nosso primeiro rei lava a primeira moeda nacional: os «dinheiros» de bolhão.

*

* . *

Agradeço a V. Ex.^{as}, a generosidade e a extraordinária paciência com que me escutaram nesta vertiginosa e algo descuidada passagem por sete séculos de passado nacional.

(53) Aloiss Heiss, *Monedas Hispano-Cristianas*, Madrid, 1865, T. III, pp. 12-13.

(54) Felipe Mateu y Llopis, *La Moneda Española*, p. 156.

(55) Eng.º Agostinho Ferreira Gambetta, *Historia da Moeda*, Lisboa, 1978, p. 338.